



ESTADO DE GOIÁS  
DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº 302, de 25 de maio de 2022

O Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil, no uso da competência que lhe fora delegada pela Portaria n.º 130/2022-PC, tendo em vista o que consta do Processo administrativo n.º 202200007018998, em especial, Laudo Médico Pericial n.º 801/2022-SEAD (evento n.º 000029430169), expedido pela Gerência Central de Saúde e Segurança do Servidor da Secretaria de Estado da Administração, e o Despacho n.º 7819/2022 - SEAA/DAG/DGA/DGPC, e, ainda, na conveniência dos serviços afetos a este Gabinete,

I – **Suspender**, a partir desta data, o porte de arma de fogo do servidor público **Diogo Junqueira Schultz**, inscrito no CPF sob o nº 767.329.831-72, ocupante do cargo de Agente de Polícia da 1ª Classe, até que seja constatada a cessação da condição médica que ensejara a presente medida;

II – **Determinar** à Superintendência de Polícia Judiciária que recolha a arma de fogo acautelada ao referido servidor público e a carteira funcional da categoria “Policial Civil” lhe expedida, encaminhando-as, respectivamente, à Divisão de Armamentos e Produtos Controlados e à Divisão de Gestão de Pessoas;

III – **Determinar** à Divisão de Gestão de Pessoas da Polícia Civil que expeça nova carteira funcional ao servidor público, desta feita da categoria “Funcional”;

IV – **Determinar** à Divisão de Proteção à Saúde do Servidor que promova o acompanhamento do servidor e providencie, oportunamente, o agendamento de nova perícia médica, a fim de que seja verificado se ainda persiste a situação que justificou a suspensão do porte de arma;

V – **Determinar** o encaminhamento deste ato à Superintendência de Polícia Judiciária, à Divisão de Gestão de Pessoas da Polícia Civil e à Divisão de Proteção à Saúde do Servidor, para adoção das devidas providências;

VI – **Determinar** o envio de cópia deste ato à Divisão de Assessoria Técnico-Policial da Polícia Civil, à Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Civil e à Delegacia de Polícia de Cavalcante, para conhecimento; e à Superintendência de Polícia Judiciária, para cientificação do servidor e

da sua chefia imediata, em atendimento aos ditames da Lei estadual n.º 13.800, de 18 de janeiro de 2001.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Goiânia, 25 de maio de 2022.

REINALDO KOSHIYAMA DE ALMEIDA  
Delegado-Geral Adjunto  
Portaria n.º 130/2022-PC



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO KOSHIYAMA DE ALMEIDA, Delegado (a) - Geral Adjunto (a)**, em 26/05/2022, às 15:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **000030319909** e o código CRC **4458CA27**.

GABINETE DO DELEGADO-GERAL  
Av. Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia – GO, CEP 74.535-010.  
Fone: (62) 3201-2503 [www.policiacivil.go.gov.br](http://www.policiacivil.go.gov.br)



Referência: Processo nº 202200007018998



SEI 000030319909